

# IX ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DO SECTOR INTELECTUAL

Organização Regional de Lisboa  
do Partido Comunista Português 

## TRABALHADORES INTELECTUAIS

Reforçar a Organização  
Intensificar a Intervenção



21 de Janeiro de 2023

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH)

Universidade NOVA de Lisboa

Resolução Política da  
**IX Assembleia**  
**da Organização do Sector Intelectual (AOSI)**  
**da Organização Regional de Lisboa (ORL)**  
**do Partido Comunista Português**

21 de Janeiro de 2023  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH)  
da Universidade NOVA de Lisboa

*Trabalhadores Intelectuais*  
***Reforçar a organização***  
***Intensificar a intervenção***

## ÍNDICE

<b>A. Primeira parte: Enquadramento</b>	<b>2</b>	<b>C. Terceira parte: Organização e Luta</b>	<b>17</b>
A.1. Situação político-económica internacional	2	C.1. Reforço da organização	18
A.1.1. O contexto político-partidário – a maioria absoluta do PS, a banalização da extrema-direita e da ideologia fascizante; a apologia do liberalismo – e os desafios e potencialidades para o trabalho do Sector	2	C.1.1. Caracterização do Sector; a evolução do núcleo activo; recrutamento	18
A.2. Situação social	3	C.1.2. A organização como questão política: balanço da actual estruturação interna do Sector; a situação e as melhorias a introduzir relativamente aos subsectores da CTA e das Ciências Sociais	19
A.2.1. A camada social dos intelectuais: a visão capitalista e a visão do Partido; a relevância dos sectores culturais, do ensino superior e investigação científica e da comunicação social para a reprodução da ideologia dominante e linhas de resistência	3	C.1.3. Intervenção das células de empresa e local de trabalho	20
		C.1.3.1. Células	20
<b>B. Segunda parte: Actividade do Sector</b>	<b>6</b>	C.1.4. Trabalho de direcção: balanço e linhas de trabalho para a Direcção, Executivo e Secretariados; a estrutura de direcção hoje existente e a necessária resposta à responsabilização de quadros e à estruturação do trabalho actual do Sector	21
B.1. As profissões organizadas no Sector	6	C.1.5. Questões financeiras	22
B.1.1. Principais aspectos verificados desde a VIII AOSI que tenham impactado especificamente a vida das profissões organizadas no Sector	6	C.1.6. Reforço da militância, estilo de trabalho, responsabilização de quadros, formação política e ideológica	23
B.1.1.1. Área da cultura	6	C.1.7. Comunicação, informação e propaganda; boletins dos subsectores; Internet e redes sociais	25
B.1.1.2. Arquitectos	8	C.1.8. <i>O Caderno Vermelho</i> : formas de promoção, valorização e divulgação	26
B.1.1.3. Ciências Sociais	8	C.1.9. <i>Festa do Avante!</i>	27
B.1.1.4. Ensino Superior e Investigação	9	C.2. Frentes de trabalho	28
B.1.1.5. Juristas	11	C.2.1. Trabalho político unitário	28
B.1.2. Notas sobre a actividade dos Subsectores	12	C.2.2. A luta pelo direito à Cultura	29
B.1.2.1. Artistas plásticos, Designers e Fotógrafos (ARDEF)	12	C.2.3. A frente de trabalho da luta das mulheres	30
B.1.2.2. Artes do Espectáculo	12	C.2.4. A frente de trabalho da luta pela Paz	30
B.1.2.3. Cultura Literária	12		
B.1.2.4. Subsector dos Arquitectos	13		
B.1.2.5. Subsector das Ciências Sociais	13		
B.1.2.6. Subsector da Ciência, Tecnologia e Ambiente (CTA)	13		
B.1.2.7. Subsector da Comunicação Social	14		
B.1.2.8. Subsector do Ensino Superior e Investigação	14		
B.1.2.9. Subsector dos Advogados e Juristas	15		
B.1.2.10. Subsector dos Reformados	15		
B.2. Organizações de massas dos trabalhadores intelectuais	16		
B.2.1. Balanço da intervenção nas organizações de massas, possibilidades de intervenção e linhas de trabalho	16		

**A. PRIMEIRA PARTE: ENQUADRAMENTO****A.1. Situação político-económica internacional****A.1.1. O contexto político-partidário – a maioria absoluta do PS, a banalização da extrema-direita e da ideologia fascizante; a apologia do liberalismo – e os desafios e potencialidades para o trabalho do Sector**

No período decorrido desde a última Assembleia de Organização do Sector Intelectual, a 1 de Dezembro de 2018, verificaram-se acelerados desenvolvimentos no quadro nacional e internacional.

No plano internacional, o sistema capitalista evidencia o aprofundamento das suas contradições internas – que é incapaz de superar – e a crise estrutural que delas decorre. Procurando tirar partido do contexto pandémico, dos efeitos das sanções e da especulação no quadro da guerra na Ucrânia e das sanções por si instigadas, o capitalismo agrava a exploração, as desigualdades e injustiças, e intensifica a acumulação e concentração de capital e a concentração da riqueza.

Vendo ameaçado o seu domínio hegemónico, o imperialismo aprofunda a sua ofensiva, com os EUA e seus aliados a desenvolver uma política de confrontação e ingerência, de provocação e guerra, de ataques à soberania dos povos e aos seus direitos, liberdades e garantias – incluindo a de viver em democracia – e de promoção do fascismo e da xenofobia, da intimidação e do medo. Esta estratégia belicista e ofensiva – na qual se inclui o alargamento da NATO e da sua esfera de intervenção, e a crescente militarização da UE – acarreta o perigo de uma confrontação global.

A nível nacional, a correlação de forças na AR entre 2015 e 2019 permitiu – por iniciativa do PCP – abrir um período em que foi possível, ainda que de forma limitada, defender, repor e conquistar direitos. Essa situação era, em aspectos fundamentais, contrária às opções do PS. Na discussão do Orça-

mento de Estado de 2022, quando o PS, ajudado pelo Presidente da República, que ameaçara com eleições antecipadas se o Orçamento de Estado não fosse aprovado, tudo fez para precipitar novas eleições, esperando nelas obter uma maioria absoluta.

Conseguiu-a efectivamente, beneficiando sobretudo – ocultando as suas verdadeiras opções de política – de apresentar como suas soluções que aceitara a contragosto (algumas das quais nem executara), de dramatizar o perigo da extrema-direita, ao lado da qual avança agora com um processo de revisão constitucional. Mistificando grosseiramente as posições do PCP e atacando-o, congregou o voto útil da direita.

Agora, com essa maioria absoluta na AR e beneficiando do recuo eleitoral do PCP e PEV, o PS retomou plenamente a sua matriz política de subserviência à UE, recusando soluções para fazer face ao contexto pandémico e para os principais problemas do país, como os baixos salários e os défices no Serviço Nacional de Saúde e Escola Pública.

O actual quadro político nacional é negativamente marcado pela maioria absoluta do PS, que lhe deu condições para concretizar as suas opções de subordinação aos interesses do grande capital e a sua submissão à estratégia do imperialismo norte-americano, da NATO e da UE, posturas que o colocam, objectivamente, em convergência com a estratégia retrógrada e reaccionária de PSD, CDS, Chega e IL. Propiciam-se condições para reforçar o domínio do grande capital nacional e internacional sobre o poder político, a estrutura económica e o Estado, bem como sobre todo o aparelho de dominação ideológica, nomeadamente o sistema de ensino em geral, e a universidade em particular, e a comunicação social. Aprofunda-se a dependência externa do País e o agravamento dos seus défices estruturais (produtivo, alimentar, energético, tecnológico e demográfico).

Verifica-se um acentuado agravamento da situação económica e social, num quadro em que se intensifica a exploração, se atacam os direitos laborais e sociais, alastra a precariedade, aumentam os preços

dos bens essenciais, devido à inflação e à especulação, agravando desta forma as desigualdades e degradando as condições de vida dos trabalhadores e do povo.

Acentuam-se os ataques às funções sociais do Estado, às empresas e serviços públicos e ao controlo público de sectores estratégicos, com vista à captura ou expansão de áreas de negócio em áreas essenciais como a saúde, educação, pensões, água e resíduos, etc. Prossegue a ofensiva contra a contratação colectiva e pela desregulação das relações laborais, enquanto se promovem apoios económicos que tendem a favorecer as grandes empresas em detrimento das MPMEs.

Intensifica-se a campanha antidemocrática – sustentada por uma comunicação social cada vez mais claramente alinhada –, que promove ideias e valores reaccionários, neoliberais e fascizantes, na qual se inclui uma intensa ofensiva política, mediática e ideológica contra o PCP, atacando aspectos específicos da sua actividade – como a Festa do *Avante!* ou o Congresso –, apagando as suas propostas, silenciando a sua actividade e deturpando suas posições, como sucedeu relativamente à não aprovação do OE para 2022 ou à posição face à guerra na Ucrânia.

A organização e reforço do Sector Intelectual ganha importância acrescida neste contexto. Para fazer face aos ataques laborais contra os trabalhadores intelectuais e os trabalhadores em geral; aos ataques à cultura, ao ensino e à ciência, à justiça, à comunicação social, pilares fundamentais para um país democrático, desenvolvido, livre e soberano; e à ofensiva no campo das ideias, terreno de actividade em que cabe particular responsabilidade aos intelectuais.

São, por isso, objectivos da IX AOSI:

- prestar contas do trabalho desenvolvido desde a VIII AOSI;
- perspectivar linhas de reforço orgânico e da intervenção que, no seguimento do XXI Congresso e da Conferência Nacional realizada em Novembro de 2022, dêem resposta às necessidades do nosso trabalho diagnosticadas na discussão colectiva;
- eleger a nova Direcção do Sector Intelectual da ORL.

## **A.2. Situação social**

### **A.2.1. A camada social dos intelectuais: a visão capitalista e a visão do Partido; a relevância dos sectores culturais, do ensino superior e investigação científica e da comunicação social para a reprodução da ideologia dominante e linhas de resistência**

A ofensiva global do imperialismo (política, económica, social e militar) expressa-se nas áreas da Educação, Cultura e Ciência pela crescente desresponsabilização do Estado e desvio de recursos públicos para interesses privados; pela degradação do funcionamento democrático das instituições públicas (particularmente no Ensino Superior Público); pela mercantilização e privatização destes sectores; pela subordinação do que é ensinado, investigado, criado e divulgado, e dos métodos e processos seguidos, aos interesses económicos, estratégicos e ideológicos do grande capital.

O trabalho intelectual em geral é potencialmente reduzido a um valor de mercado, é apropriado, condicionado e instrumentalizado para servir os interesses imediatos do grande capital e para perpetuar o domínio social, político, cultural e ideológico do sistema capitalista.

O processo de concentração e centralização do capital marca também estes sectores, com destaque para os grandes grupos económicos que dominam a comunicação social e o mercado editorial e para a fusão entre o capital monopolista e grandes interesses e instituições com presença no campo do ensino superior, investigação e cultura, espaço crescentemente preenchido pelas chamadas «indústrias culturais».

Confrontam-se duas concepções antagónicas de cultura: uma que a encara como privilégio de elites, enquanto destina às grandes massas sobretudo produtos destinados a um entretenimento de consumo,

**Primeira parte: Enquadramento – Situação social**

passivo e alienante; outra que vê na democratização da cultura uma dinâmica essencial de afirmação da autonomia, liberdade e diversidade da criação e fruição artística e cultural, parte integrante do processo de emancipação e desenvolvimento social.

Neste quadro, a situação nas diferentes áreas de actividade e profissões intelectuais é caracterizada por:

- aumento crescente da percentagem de trabalhadores com qualificação superior entre a população activa sem correspondente aumento de oferta de trabalho qualificado, resultando num aumento de emprego sobrequalificado – isto é, trabalhadores com formação escolar, académica e profissional em empregos que não requerem esse nível de formação – e emigração de intelectuais que não encontram condições em Portugal para exercer a sua actividade;
- assalariamento crescente dos trabalhadores intelectuais, a par da tendência para a sua proletarização e a sua crescente incorporação no processo produtivo e actividade económica de bens e serviços;
- desvalorização das carreiras profissionais das áreas de actividade intelectual – nomeadamente na Administração Pública, na Educação e Ensino Superior e na Investigação –, inexistência de carreiras em outras áreas e generalização da precariedade, incluindo com formas subvertidas, como o Estatuto dos Profissionais da Cultura, que, sob o véu de estabelecer um regime laboral estruturado, vem normalizar e aprofundar formas de precariedade;
- aumento da estratificação nas profissões intelectuais, com a tendência para a existência de uma minoria significativa integrada, económica e ideologicamente, objectiva e subjectivamente, na classe dominante; um estrato médio, que tende a diminuir, que ainda exerce a sua actividade de forma independente, ou «liberal»; uma grande massa assalariada e profissionalmente dependente, em que se inclui a maioria dos jovens de cada profissão;

- a compressão da autonomia relativa do trabalho intelectual, resultante sobretudo da relação de assalariamento, mas também de um ambiente geral moldado por critérios que, visando satisfazer mecanismos tanto de geração de lucro imediato como de dominação ideológica, mercantilizadora, formata e condiciona a produção intelectual. O trabalho intelectual é assim parcialmente cercado da sua dimensão de verdadeira inovação e liberdade, e o que cria serve não o desenvolvimento social e cultural mas o negócio, o lucro e a dominação; não a emancipação individual e colectiva mas a subordinação e alienação massiva; não a fruição mas o consumo massivo de produtos num «mercado cultural»;
- a instrumentalização do ensino, cultura, ciências sociais e comunicação social para a perpetuação do sistema dominante e para a inculcação de que este não tem alternativa. Para a promoção do individualismo e do consumismo e para a elisão do sentimento de compromisso colectivo. Para a promoção do revisionismo histórico e apagamento da ideia da luta de classes, da promoção da segmentação e fragmentação das lutas, seja em corporativismos, seja em identitarismos, em muitos casos tentando colocar trabalhadores contra trabalhadores. Para a subalternização das necessidades nacionais às estratégias e interesses dos países dominantes no sistema capitalista, através da definição de áreas prioritárias, do financiamento selectivo, etc.

A precariedade e desemprego, o assalariamento e dependência de instituições empregadoras e financiadores para o exercício da actividade, a perda de autonomia relativa no seu trabalho, o subaproveitamento e desvalorização das suas qualificações, a quebra de rendimento, a degradação das carreiras existentes e, de forma mais geral, do estatuto social das profissões intelectuais, constituem elementos objectivos para os intelectuais integra-

**Primeira parte: Enquadramento – Situação social**

rem a luta geral dos trabalhadores por direitos, salários, horários de trabalho e vínculos laborais.

O estudo da evolução desta camada é um objectivo que nos propomos realizar, como forma de aprofundar o conhecimento sobre a forma como é prestado o trabalho nas profissões acompanhadas pelo Sector.

Ao mesmo tempo, como já identificámos, há vários elementos subjectivos que dificultam a tomada de consciência:

- a ilusão, em algumas áreas, da persistência da actividade intelectual como «liberal», reforçada pelo estímulo ao «empreendedorismo»;
- as expectativas de estatuto social, uma imagem corporativa da actividade e a estratificação interna em cada profissão, reforçada em muitos casos por o intelectual assalariado ter como patrão um colega de profissão;
- a falta de identificação dos intelectuais como parte integrante do mundo do trabalho em geral, situação de que decorre a dificuldade de reconhecimento dos sindicatos como estruturas representativas e defensoras dos seus direitos, e os resultantes baixos índices relativos de sindicalização.

Tal só poderá ser ultrapassado por trabalho político e ideológico junto da grande massa de assalariados intelectuais, que demonstre como os compromissos científicos e culturais das suas respectivas áreas estão em contradição directa com os interesses e objectivos do grande capital e como a sua condição de explorados os aproxima dos restantes trabalhadores e da sua luta por direitos e melhores condições de trabalho, mas também da luta por um objectivo comum de emancipação individual, social, política e nacional.

Os trabalhadores intelectuais podem, pois, não só engrossar a luta geral dos trabalhadores como contribuir para uma parte integrante dessa luta, a «resistência cultural», apropriando-se dos meios e instrumentos disponíveis à criação e difusão

cultural para intervir no campo das ideias e mentalidades, valorizando o saber e o conhecimento, estimulando o entendimento e análise crítica, promovendo uma cultura de paz e cooperação, de liberdade e emancipação.

Desta batalha são também parte integrante aqueles intelectuais que, não sendo assalariados – por terem realmente uma condição de não subordinação na sua actividade ou até micro e pequenos empresários – partilham connosco os valores constitucionais, o desejo de uma sociedade de progresso e de um país soberano e desenvolvido, de uma política patriótica e de esquerda que lhe dê corpo.

## **B. SEGUNDA PARTE: ACTIVIDADE DO SECTOR**

### **B.1. As profissões organizadas no Sector**

#### **B.1.1. Principais aspectos verificados desde a VIII AOSI que tenham impactado especificamente a vida das profissões organizadas no Sector**

A caracterização que fazemos de um progressivo assalariamento e proletarização das profissões intelectuais coloca como elemento central a questão do salário e da relação laboral. Assim é para a generalidade do Sector, com as particularidades definidas pelo capital para cada profissão para o aumento da exploração e para a concretização dos seus objectivos políticos e ideológicos. Bolsas, recibos verdes, contratos a prazo ou ausência de contratos, honorários ou cachês, recebimento só em caso de venda do trabalho, têm como denominador comum a precariedade dos vínculos, a ausência de carreiras estáveis, a desregulação horária e os baixos salários, acrescidos das alterações promovidas com o pretexto da epidemia de COVID-19, nomeadamente as respeitantes ao teletrabalho. Este deve ser o eixo central da intervenção do Sector e dos seus subsectores. Aqui destacamos alguns elementos relativos a algumas dessas profissões que, enquadrando-se na caracterização geral, apresentam especificidades.

##### **B.1.1.1. Área da cultura**

A realização do Encontro Nacional «Democratização, Liberdade Cultural, Por um Serviço Público de Cultura», em 15 de Maio de 2022, permitiu caracterizar aprofundadamente a situação na cultura. Permitiu também consolidar uma proposta e um projecto político para este sector que dê resposta às reais necessidades e potencialidades do nosso

país e do povo português, nomeadamente com a instituição de um Serviço Público de Cultura. As áreas que aqui referimos em breve caracterização complementam a abordagem feita no Encontro Nacional, tal como confirmam e actualizam elementos sinalizados mais aprofundadamente na VIII AOSI.

Também na música, no teatro, na dança, no cinema e no audiovisual se dá a batalha pela democratização da cultura, em contraponto com a mercantilização dos objectos culturais, em que se inserem os objectivos económicos e ideológicos do capital para estas formas de expressão artística. Eixos fundamentais desta política são a privatização, o subfinanciamento e a desresponsabilização do Estado, o que abre campo a toda a produção inserida nas indústrias culturais, que assim definem o que se cria e divulga. Desde a última AOSI o elemento mais visível e significativo neste sentido foi a nova Lei do Cinema, que abre portas às grandes produtoras multinacionais de *streaming*.

A necessidade de outra política para a cultura, defendida pelo Partido, passa por três eixos fundamentais: a instituição de um Serviço Público de Cultura, o reforço do financiamento e a existência de direitos laborais para os seus trabalhadores. A luta dos trabalhadores da cultura, que teve grande expressão em duas grandes acções, em 2018, ainda antes da última AOSI, e em 2020, reivindicava precisamente estes três eixos centrais.

A luta realizada em Junho de 2020, em plena epidemia de COVID-19, deu expressão à situação dramática vivida pelos trabalhadores: a tremenda precariedade das relações laborais que o cancelamento de toda a actividade cultural expôs e as consequências para a vida desses trabalhadores e para o próprio sector. Ainda em 2020, em Outubro, realizou-se uma manifestação de estudantes e das várias profissões do cinema, em protesto contra a nova lei.

Fruto da luta e da indignação gerada, o Governo foi obrigado a procurar dar resposta à exigência do sector, tendo criado um Estatuto do Profissio-



nal da Cultura que entrou em vigor em Outubro de 2022. Este Estatuto, seguindo a opção de classe do Governo do PS, não altera os aspectos de fundo sobre a precariedade das relações laborais na cultura, normalizando-a e aprofundando-a até; inclui normas ainda mais gravosas do que as insertas no Código do Trabalho, nomeadamente a famigerada lei 4/2008, compromete o equilíbrio da Segurança Social e não dá a resposta necessária no plano dos apoios sociais em caso de ausência de trabalho. O subfinanciamento crónico, que continua a verificar-se no OE para 2023, e a incerteza dos apoios às artes, mantêm ou até agravam as condições que têm as estruturas e as produtoras de criação artística para poderem avançar decididamente na estabilidade das relações laborais.

A intervenção qualificada do Partido, na tomada de posição, na promoção de sessões e reuniões públicas no cinema, na música e no teatro, a intervenção e proposta na Assembleia da República, foram importantes momentos de reconhecimento do papel do Partido e mesmo, em vários aspectos, a única referência de esperança e de apontar de um caminho para o sector e seus agentes.

A evolução da situação dos escritores, livreiros e editores concretizou, no essencial, a análise efectuada na última Assembleia de Organização, apesar das consequências inesperadas, do ponto de vista profissional e social do sector, durante o período mais agudo da COVID-19.

Perante o crescente condicionamento do processo geral de mercantilização da cultura, acentuou-se o processo de concentração da edição e da distribuição, com todas as consequências que daí advêm para as condições materiais de escritores, tradutores e outros trabalhadores do sector, para as pequenas e médias empresas do sector da edição, distribuição e livreiro, bem como para a liberdade de criação.

Para além de umas poucas editoras independentes ainda com alguma dimensão, o mercado

editorial continua a ser dominado, num processo de sucessivas concentrações, compras e vendas, por dois grandes grupos. A existência de centenas de empresas editoriais na realidade oculta uma situação de monopólio: o grupo Porto Editora e o grupo Leya. A estes dois grupos soma-se agora a reentrada no mercado editorial de um dos maiores conglomerados mundiais na área da comunicação social e do livro, o grupo Bertelsmann (que havia saído do país em 2010 com a venda da Bertrand e Círculo de Leitores à Porto Editora), através do Penguin Random House Grupo Editorial, que não tendo ainda a dimensão e escala dos grupos Porto Editora e Leya, conta já com vinte e uma «chancelas».

A situação das editoras independentes agravou-se, fruto do referido aprofundamento da concentração editorial mas também em face da epidemia de COVID-19.

No que diz respeito à venda de livros, há que salientar a criação da Rede de Livrarias Independentes – RELI, num primeiro momento como plataforma comum de reivindicação face à situação criada pela COVID-19 (encerramento do comércio, restrições várias, apoios públicos).

No que diz respeito à distribuição e venda, destaca-se a explosão de vendas através da Internet, que aconteceu à boleia da pandemia e cujo alcance ainda não é possível antever na sua totalidade, existindo o natural reflexo da redução nas vendas em livraria e nas grandes superfícies comerciais, acentuado pelo facto de parte substancial das vendas em linha serem feitas directamente pelas editoras, com destaque para as livrarias electrónicas Wook e Bertrand, ambas do grupo Porto Editora.

Em relação às artes visuais, a caracterização feita na VIII AOSI mantém-se actual, seja nos aspectos da mercantilização das artes visuais, seja nas características, condições de produção e legitimação social destes criadores. Assinale-se, como elemento novo, a tentativa de organização feita a partir de uma Associação de Artistas Visuais, entretanto

criada, que procura colocar na discussão pública alguns elementos relevantes para este sector e questionando o Governo no plano dos apoios ou na não consideração das particularidades destes artistas no Estatuto do Profissional da Cultura.

### **B.1.1.2. Arquitectos**

Portugal continua a ser um dos dois países da Europa com um maior *ratio* de arquitectos por habitante, a par da Itália. Mas a crise na profissão não deriva de um excesso de profissionais. Resulta sim de uma inserção da arquitectura na sociedade que não fez corresponder ao aumento exponencial do número de arquitectos um outro papel social da arquitectura, numa perspectiva de qualificação e desenvolvimento urbano e territorial orientada pelo interesse público. O papel da arquitectura é e deverá ser, num primeiro e num último momento, o de um verdadeiro serviço público de arquitectura.

Numa profissão em que cerca de 50% dos seus profissionais tem menos de 45 anos – quando a média europeia ronda os 34% –, os arquitectos em Portugal continuam a figurar como aqueles que auferem salários mais baixos comparativamente com os arquitectos a exercer noutros países europeus, e principalmente em relação à média europeia.

Muito embora se assista, desde a VIII AOSI, a uma recuperação significativa no número de arquitectos que trabalham, a precariedade, a instabilidade profissional, a emigração e o abandono da profissão mantêm-se em níveis elevados. A discussão acerca das condições de trabalho dos arquitectos deverá ser feita, pois, a partir da definição de condições mínimas de remuneração e não unicamente a partir da necessidade absoluta do aumento e regulação dos honorários ou da encomenda, porque o aumento dos honorários e a sua regulamentação não garantem, por si só, o aumento dos salários dos trabalhadores, ou uma melhoria nas suas condições de trabalho.

A par das questões da precariedade dos arquitectos assalariados, a profissão de arquitecto é das que particularmente assistem a um expressivo surgimento de empresas em nome individual, o que, na generalidade dos casos, significa apenas uma alteração do nome da entidade que passa o recibo verde, não reflectindo na realidade a criação de estruturas de trabalho com condições de produção efectivas. Esta avultada existência de empresas em nome individual contribui igualmente para a ilusão da persistência de uma «actividade liberal» como a que existiu no passado, que deixou de existir e que não voltará a existir tal como se conheceu. O único que tem de «profissão liberal» não passa, para a esmagadora maioria, de um regime de prestação de serviços que só é «liberal» porque é exercido completamente sem regras e sem direitos (nem profissionais nem laborais), assumindo-se uma total desregulação e liberalização do trabalho. E a taxa de surgimento e desaparecimento dessas micro-empresas em Portugal é a mais elevada da UE.

### **B.1.1.3. Ciências Sociais**

Conseguimos identificar alguns traços que são transversais à grande maioria dos psicólogos, desde logo uma profunda precariedade, caracterizada por uma grande demora até arranjar um trabalho estável, baixos salários, contratos temporários para necessidades permanentes, horários desregulados – tudo associado a uma visão assistencialista e voluntarista, não se dignificando os profissionais essenciais para uma área tão fundamental como a da saúde mental. Em relação aos estágios profissionais, para além do entrave que constituem no acesso à profissão, é notória a transversalidade da falta de regulação, horários descontrolados, falta de remuneração, exploração, pressão e chantagem laboral.

O número reduzido de psicólogos nos serviços públicos nomeadamente na saúde e educação,

periga a qualidade da resposta às necessidades da população.

Na área de arqueologia, mais de metade dos trabalhadores exercem actividade em Lisboa. Os trabalhadores dividem-se entre o sector público (Direcção-Geral do Património Cultural e Direcções Regionais de Cultura) e o privado (construção civil, em Arqueologia Preventiva). Quanto ao sector privado, cerca de 70% dos profissionais que trabalham em Arqueologia Preventiva têm vínculos precários – a maior parte com falsos recibos verdes. Grassam os baixos salários: mesmo com licenciatura ou mestrado, é frequente estes trabalhadores ganharem valores iguais ou inferiores ao SMN. São vários os exemplos de falta de higiene e segurança: falta de casas de banho, sobretudo para as trabalhadoras; falta de local para refeições; falta de pontos de água; ambientes insalubres a que tantas vezes os trabalhadores são sujeitos. Acrescenta-se que a precariedade propicia situações de maior pressão e chantagem patronal. Já o sector público é afectado por uma clara falta de trabalhadores, assim como de financiamento. Assiste-se a um envelhecimento dos quadros nos Museus, Palácios, Monumentos, Laboratórios e Serviços da DGPC.

#### **B.1.1.4. Ensino Superior e Investigação**

Desde a última AOSI, e durante os últimos quatro anos, temos assistido no Ensino Superior Público (ESP) e na Ciência à continuação e acentuação das tendências de elitização e discriminação do acesso e frequência pelos estudantes; de envelhecimento do quadro permanente e precariedade laboral do pessoal docente e de investigação; de desvalorização e congelamento das carreiras; de estrangulamento financeiro das Instituições de Ensino Superior (IES) e desinvestimento público; de reforço de uma gestão empresarial e alargamento do recurso a mecanismos fundacionais e instituições de direito privado; de insuficiência dos serviços sociais e cres-

cente recurso ao *outsourcing*; e de degradação das formas de participação e democracia institucional.

No que respeita à precariedade laboral, medidas como o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) e o Decreto-Lei 57/2016 (que aprova um regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento), embora contivessem aspectos potencialmente positivos para docentes e investigadores, foram insuficientes no combate à precariedade, tal como se previa na última AOSI. No contexto da docência continuam a proliferar os vínculos precários, e no contexto da investigação e da ciência a carreira de investigação continua a ser ignorada, face à contratação por bolsas ou outros vínculos precários. É um facto que o DL57 substituiu bolsas por contratos de trabalho, mas instituiu uma carreira «paralela» sem correspondência com categorias e níveis remuneratórios da Carreira de Investigação Científica (Lei 157/99, de 14 de Setembro; Decreto-Lei 373/99, de 18 de Setembro). Entre os anos de 2017 e 2021 foram contratados cerca de 2000 investigadores ao abrigo de vários programas – Concurso de Estímulo ao Emprego Científico individual e institucional; Projetos I&D; Financiamento Plurianual de Unidades de I&D e procedimentos concursais no âmbito dos Laboratórios Associados, Colaborativos e Infraestruturas de Investigação. A larga maioria destas contratações foram realizadas a partir de contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo e, no caso das instituições enquadradas no regime fundacional e outras privadas, a partir de contrato de trabalho a termo incerto. Isto significa que os investigadores regressarão ao desemprego e à instabilidade dentro de poucos anos.

Em 2019 foram feitas revisões ao Estatuto do Bolseiro de Investigação (EBI) e ao Regulamento de Bolsas de Investigação (RBI) da FCT, extinguindo-se algumas tipologias de bolsa (como a de

gestão de ciência) e passando a ser obrigatória a inscrição em curso conferente ou não conferente de grau como condição para contratualizar uma bolsa de investigação. Nesta sequência, várias instituições criaram cursos não conferentes de grau, como forma de garantir a manutenção da contratação através de bolsas de investigação, em vez de procederem à contratação de investigadores. A revisão do EBI não pôs termo ao recurso a bolsas de investigação para responder a necessidades permanentes de investigação. Pelo contrário, conduziu as instituições à criação de um conjunto de instrumentos que lhes permitem continuar a contratar através de bolsas e não assumir o combate à precariedade crescente. Desde a última AOSI, verifica-se assim uma pulverização de situações laborais relativa aos trabalhadores da Ciência, que em pouco ou nada contribuiu para a melhoria das condições laborais e profissionais.

O Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES) e a desregulação das carreiras e da vida democrática, instrumentalizadas pelo Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) e pelo Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP), em conjugação a nível nacional com o Processo de Bolonha e a nível da União Europeia com a «Estratégia de Lisboa» e «Estratégia Europa», têm contribuído sobremaneira para a progressiva entrega do ESP ao sector privado e para a sua adequação às necessidades imediatas do capital, ao invés de uma política de financiamento que sirva os interesses nacionais e promova o desenvolvimento do país.

A ofensiva de tentar implementar o «ensino à distância» (EaD) no ESP em geral – que já vinha de trás – foi inscrita no OE2020 e no Contrato de Legislação para o Ensino Superior, de acordo com directivas europeias e da OCDE. Esta ofensiva foi agravada a pretexto das medidas de resposta à pandemia de COVID-19. O EaD tem uma função importante e específica e um regime jurídico próprio, mas não

pode substituir o regime geral do ensino superior, o que teria consequências terríveis na qualidade do processo de ensino/aprendizagem, no papel do ensino superior na formação integral do indivíduo, no emprego e nos direitos dos docentes e investigadores e no contributo do ensino superior para a democracia e o desenvolvimento.

O surto do coronavírus SARS-CoV-2 intensificou as evidentes fragilidades estruturais do país, entre as quais as já manifestadas no sector do Ensino Superior e da Ciência. Durante este período, foram evidentes as sérias limitações e reservas na capacidade das IES de proporcionarem as condições sanitárias necessárias para poderem voltar a funcionar em pleno e em segurança para funcionários, estudantes e outros trabalhadores.

Por seu turno, ao nível das condições laborais, os trabalhadores científicos sofreram severas limitações à realização do seu trabalho e viram os projectos de investigação congelados ou com a sua concretização ameaçada. Somam-se a isto os problemas decorrentes da precariedade generalizada, cuja avaliação e, não raras vezes, renovação, resultam directamente do sucesso dos projectos anteriores. Os docentes enfrentaram o desafio de leccionar e garantir o acompanhamento dos estudantes através do ensino remoto, com inevitáveis perdas decorrentes da ausência do ensino presencial, falta de formação adequada, e com a obrigação de utilização de equipamentos e meios próprios, frequentemente insuficientes. Para trás ficaram, entre outras, componentes críticas para a qualidade pedagógica, como aulas práticas, projectos laboratoriais e o acesso a bibliotecas e arquivos.

A conjuntura pandémica vem colocar na mesa óbvios conflitos laborais relacionados com horários e local de trabalho e um novo conjunto de situações que poderão ser motivos/pretextos para ofensivas contra direitos, liberdades e garantias fundamentais de trabalhadores e estudantes,

como sejam as relativas aos horários de trabalho, aos locais de trabalho, à cibersegurança ou ao direito à privacidade.

Esta é uma nova realidade, complexa, que pelo potencial agravamento das condições de ensino e de investigação, assim como de degradação das condições laborais do sector, merece ser acompanhada pelo Partido de forma atenta e combativa.

#### **B.1.1.5. Juristas**

Por razões de diversa natureza, a classe dos advogados mudou muito sociologicamente, tendo vindo a afastar-se de uma advocacia que deveria ser social, dedicada ao serviço público e com recusa duma advocacia tradicional com princípios robustos de honradez e prestígio social, dedicada a critérios de serviço público e com recusa do actual mercantilismo e concorrência não poucas vezes desleal. A advocacia alargou-se sociologicamente e fragmentou-se, perdendo unidade de acção e convergência de interesses.

Naturalmente, a patente heterogeneidade no exercício da profissão de advogado – e, mais latamente, no exercício da profissão de jurista – fará com que as necessidades, dificuldades e limitações, mas também os sucessos, progressões e modos de realização profissional, de uns e outros, se apresentem com grande dispersão e até com eventuais contradições.

Do crescente exercício da profissão de advogado no contexto de sociedades de advogados resulta ainda um crescente fenómeno de exercício da profissão num contexto de subordinação jurídica. Sem que tal – no plano formal – corresponda ao estabelecimento de uma relação laboral entre advogado e sociedade, é certo que – no plano material – existem maiores índices de assalariamento.

As potencialidades já conhecidas e que resultam da necessidade de inscrição junto da Ordem dos Advogados – que, com as suas insuficiências e ca-

racterísticas resultantes da sua natureza própria, não deixa de ser a única organização verdadeiramente relevante desta camada profissional – devem ser exploradas, como demonstra a experiência dos mais recentes processos eleitorais.

**B.1.2. Notas sobre a actividade dos Subsectores****B.1.2.1. Artistas plásticos, Designers e Fotógrafos (ARDEF)**

No período decorrido desde a última AOSI, em 2018, foram realizadas as seguintes iniciativas do subsector do ARDEF: «45 vinte e cinco», em 2019, e «Mudar de Rumo» e «Assaltar o Céu», em 2020, por ocasião do 25 de Abril.

Em 2021, durante a pandemia, falou-se da necessidade de retomar o trabalho iniciado em 2014 com o Encontro «Quem faz o Design em Portugal», e só em 2022 foi concretizada a proposta de se fazer o levantamento demográfico desta classe profissional, de modo a permitir uma melhor actuação junto dos designers.

Contudo, este organismo não tem conseguido levar a cabo iniciativas regulares e sistematizadas nas suas áreas de intervenção. Esta dificuldade decorre da falta de regularidade das reuniões, do fraco envolvimento na execução de tarefas que a si mesmo se propõe, nas dificuldades, objectivas e subjectivas, de ligação ao meio.

Urge regularizar a realização de reuniões, definir iniciativas de maior escala e objectivos ao nível das capacidades e definir etapas de trabalho e concretização.

É ainda necessário investir no recrutamento.

Propõe-se a maior autonomização dos núcleos de designers e de artistas plásticos, dada a natureza diferente das actividades e das dificuldades que em cada um se encontram.

**B.1.2.2. Artes do Espectáculo**

A organização neste sub-sector alterou-se significativamente nos últimos quatro anos: recrutamentos, um núcleo activo maior, ligado a mais áreas e consequentemente um maior conhecimento do meio, possibilidade de maior alargamento nos contactos, na intervenção e influência para fora do

Partido. A existência de um Secretariado, que foi reforçado com a cooptação de dois camaradas e tem regularidade na sua reunião, é um elemento fundamental para a actividade da organização. A ligação e contacto regular com a organização necessitam de ser melhorados, tendo em conta, e para ultrapassar, a ausência de participação da maioria dos inscritos.

O trabalho desenvolvido no cinema, que só foi possível com o recrutamento feito, demonstrou que há campo para crescer e afirmar o Partido. Reuniões de trabalho com independentes, sessões públicas, criação de grupos de trabalho, contacto com outros e recolha de apoios, perspectiva de mais recrutamentos, são exemplos do potencial do nosso trabalho, a que, ainda que numa fase menos avançada, se deu também já seguimento com os músicos e com o teatro.

**B.1.2.3. Cultura Literária**

Do ponto de vista da acção do Partido, a relativa estagnação do subsector desde a última Assembleia da Organização, evidenciada pelo não recrutamento de novos camaradas e até pelo facto de não dispor de um organismo de direcção eleito, foi positivamente alterada na área dos tradutores, que conheceu uma renovada dinâmica. O facto de hoje vários tradutores membros do Partido (cuja adesão, porém, se deu por iniciativa própria) desenvolverem a sua actividade profissional fora da tradução literária contribuiu para a constituição de um núcleo de tradutores, cujos conteúdos de discussão e definição de caminhos de intervenção partidária se aproximam da intervenção quotidiana do Partido junto das empresas e locais de trabalho, com a primazia da intervenção a ser feita em torno de condições de trabalho, remunerações e direitos laborais. Assinala-se também como positiva a continuada publicação do boletim *Esteiro*.

Como perspectivas de trabalho, apontam-se:

- desenvolver e ampliar a acção do núcleo de tradutores, virada para a intervenção e organização destes trabalhadores intelectuais;
- continuar a reflexão sobre o *Esteiro* e o seu papel enquanto elemento de alargamento do Partido e seu instrumento de intervenção;
- Aprofundar o estudo e desenvolver iniciativas visando aprofundar a intervenção nas áreas abrangidas pelo subsector, tais como: condições de vida e remuneração de escritores e tradutores; prémios, festivais literários; mercado editorial – editoras, livrarias e distribuidoras; situação da crítica literária; bibliotecas públicas e escolares; Plano Nacional de Leitura; programas escolares de literatura, ensino da leitura literária.

#### **B.1.2.4. Subsector dos Arquitectos**

Importante momento do subsector dos arquitectos desde a VIII AOSI foi a realização da sua primeira assembleia de organização, em Fevereiro de 2020, em que a eleição de um secretariado teve como principal objectivo o reforço orgânico do subsector, contribuindo para uma melhor organização do trabalho.

A participação regular dos camaradas, bem como o assumir de tarefas por mais camaradas no subsector, além dos camaradas integrantes de organismos de direcção, encontra-se aquém do desejável. Ainda assim, o subsector tem conseguido efectuar uma discussão política ampla, construtiva e regular – reunindo em plenário mensal – sobre as questões quer do papel da arquitectura na sociedade, quer relativamente às questões laborais e profissionais.

#### **B.1.2.5. Subsector das Ciências Sociais**

Nestes últimos quatro anos houve um avanço do trabalho no subsector das Ciências Sociais, ainda que modesto. Continuamos sem realizar Assembleia e a apresentar baixos níveis de participação. Na VIII AOSI definimos duas linhas de trabalho: retomar os nú-

cleos de psicólogos e dos trabalhadores da História e do Património. Nesta frente temos muito poucos desenvolvimentos, havendo contudo novas perspectivas abertas com recrutamentos feitos. Com os psicólogos foi possível desenvolver-se mais trabalho: numa área em que os trabalhadores estão muito dispersos e têm poucas oportunidades para se juntar e discutir entre eles a sua situação laboral, procurámos ultrapassar esse obstáculo criando espaços informais, através de almoços com periodicidade variável. Destes encontros resultou a ideia, e posterior concretização, em Abril de 2022, de um encontro alargado com camaradas e amigos psicólogos que permitiu aprofundar a caracterização do sector e linhas de trabalho para intervir junto destes profissionais. Com um potencial grande de alargamento, precisamos agora de dar a conhecer este encontro e mobilizar camaradas e amigos para iniciativas futuras.

#### **B.1.2.6. Subsector da Ciência, Tecnologia e Ambiente (CTA)**

Os problemas de intervenção da CTA, da organização dos militantes para a acção junto dos trabalhadores, não só se mantiveram como se agravaram desde a última Assembleia do Sector.

Tendo-se identificado, numa primeira fase, como prioritária a intervenção junto dos trabalhadores da área da informática, uma ulterior reorganização na ORL fez com os camaradas ligados ao desenvolvimento de *software* fossem transferidos, não se tendo apurado um foco para intervenção no âmbito do subsector.

O funcionamento da organização também conheceu involuções. As reuniões do secretariado foram irregulares, tendo-se beneficiado com a decisão de reunião plenária conjunta com os subsectores das ciências sociais e comunicação social, garantindo-se desta forma a possibilidade de participação na vida colectiva do Partido dos militantes organizados na CTA.

Neste período houve dois recrutamentos, que não resultaram de trabalho direccionado para este efeito, tendo um dos novos camaradas assumido tarefas de organização.

A discussão e definição de um âmbito para a intervenção, centrando-a junto dos engenheiros, mantendo ainda um leque e foco bastante alargado, é um passo para direccionar e priorizar a intervenção junto de outros trabalhadores, permitir uma mais profunda discussão e definição de acções junto de locais de trabalho.

#### **B.1.2.7. Subsector da Comunicação Social**

Não obstante vários camaradas terem uma actividade partidária regular, a actividade do subsector enquanto tal tem-se limitado à realização de reuniões mensais, em conjunto com os subsectores das Ciências Sociais e CTA. As reuniões têm-se pautado por baixos níveis de participação, dificultando que a discussão possa ser consequente em termos de intervenção e organização. Existe um número expressivo de camaradas há muito desligados do Partido, situações que requerem actualização e regularização. Têm ocorrido distribuições de propaganda na SIC, TVI, RTP e Cofina, mas em geral garantidas com camaradas de outros subsectores. Está em constituição uma célula de empresa com os militantes da SIC, mas a regularidade de reuniões tem sido baixa e a discussão precisa de ser aprofundada e orientada para a intervenção possível nesse local de trabalho. Deve ser dada prioridade à integração e responsabilização dos novos militantes, à dinamização da célula da SIC e ao acompanhamento dos camaradas que trabalham nas restantes grandes empresas de comunicação social.

#### **B.1.2.8. Subsector do Ensino Superior e Investigação**

O subsector do Ensino Superior e Investigação tem um funcionamento regular e colectivo. O se-

cretariado reúne quinzenalmente e é constituído actualmente por sete camaradas que, para além das tarefas concretas de organização política, são responsáveis pela ligação a todos os camaradas do subsector. Realizam-se plenários com uma regularidade mensal, tendo-se verificado em alguns momentos um espaçamento de convocatória superior. Esta dinâmica de funcionamento, não tendo sido interrompida durante o período de pandemia, sofreu algum abrandamento, e verificou-se, após este período, uma presença e participação mais irregular dos camaradas nos plenários, situação que começa neste momento a ser invertida.

Embora haja um esforço de atribuição de tarefas a todos os camaradas do subsector, não foi ainda possível cumprir esse objectivo, verificando-se um número expressivo de camaradas sem qualquer tarefa, embora o número de camaradas totalmente desligados da actividade do subsector e do Partido seja reduzido.

Actualmente estão em funcionamento as células do ISA/Pólo da Ajuda, da FCSH e do Técnico, mantendo as duas primeiras actividade regular. A célula da FCSH retomou recentemente a sua actividade e a célula do Técnico tem um funcionamento intermitente. Relativamente à criação da célula da Cidade Universitária, inscrita como objectivo na última AOSI, houve desenvolvimentos, mas não os necessários para a sua implementação. Ainda assim, do trabalho das células, mesmo quando intermitente, destacou-se neste período a relevância da sua existência, pelo aprofundamento da discussão política entre os camaradas que delas fazem parte e pela maior capacidade de intervenção nas instituições, que em várias situações foi importante para a denúncia, mobilização e luta dos trabalhadores.

A Assembleia de Organização do Subsector (AOESI) realizou-se em pleno período de estado pandémico, a 20 de Setembro de 2020, com uma expressiva participação de camaradas. O documento aí aprovado foi redigido com a colaboração de



vários camaradas não pertencentes ao secretariado e os seus conteúdos debatidos em plenário. Durante a AOESI foram ainda recebidas propostas de alteração, na grande maioria aceites. O documento, assim como as decisões aí tomadas, tiveram como objectivo o aprofundamento do conhecimento do sector profissional que acompanhamos e o reforço do trabalho organizado, sendo desde aí importantes instrumentos de trabalho para o subsector.

São muitos os camaradas deste organismo que hoje desenvolvem trabalho em movimentos e organizações de massas, destacando-se a este nível a ABIC e o SPGL. E se na última AOSI inscrevemos a necessidade de reforço de intervenção no SPGL, na actualidade temos, ainda que de forma limitada, conseguido alargar a nossa área de influência aí.

Ao nível do trabalho unitário, destaca-se ainda o contacto regular mantido com apoiantes e amigos do Partido. Através da criação de uma lista de contactos tem sido possível mantê-los a par das propostas e acções do Partido e convocá-los para iniciativas concretas. De referir que desde a última AOSI foram organizados três encontros de discussão e convívio com apoiantes e amigos, com uma participação expressiva que resultou numa recolha de informações e opiniões relevantes para o trabalho do Partido.

### **B.1.2.9. Subsector dos Advogados e Juristas**

A realização da Assembleia da Organização do Subsector dos Advogados e Juristas em meados de 2020 teve uma grande relevância na actividade do mesmo. Em primeiro lugar, apesar de se ter realizado num período particularmente difícil, porque os trabalhos que conduziram à mesma permitiram aprofundar a discussão em torno da situação da Justiça e dos profissionais acompanhados pelo subsector.

Depois porque tal discussão permitiu à referida assembleia aprovar uma resolução da qual constava uma série de linhas de trabalho, simultaneamente

te ambiciosas e realistas. Finalmente, pelo impulso dado à actividade do subsector, o qual tem levado à concretização de tais tarefas.

Tanto o secretariado como o plenário do subsector têm vindo a reunir com uma periodicidade quase mensal. Também tem sido conseguida a publicação mensal de um boletim do subsector – o *Direito à Esquerda* –, habitualmente distribuído por meios electrónicos e por duas vezes em suporte papel. Em desenvolvimento do boletim, em Junho de 2022 foi colocada no ar a primeira série do podcast *Direito à Esquerda*, onde os participantes são convidados a reflectir sobre temas de direito e justiça; recentemente o subsector colocou no ar a segunda série, totalizando onze episódios. O subsector organizou ainda quatro outras iniciativas públicas (audição, mesas-redondas e almoço-convívio). A larga maioria dos camaradas chegados ao subsector desde a Assembleia da Organização de 2020 têm tarefas atribuídas.

Valorizando o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, o mesmo deve também ser entendido como um estímulo à concretização e alargamento das tarefas e acção.

### **B.1.2.10. Subsector dos Reformados**

O subsector dos reformados integra camaradas que deixaram de ter contacto directo com a vida profissional activa, por se terem reformado. Constitui, do ponto de vista das suas origens profissionais, um conjunto diversificado, numa grande parte com formação superior, como advogados, professores universitários, engenheiros, psicólogos, arquitectos, economistas e outros com ligações às artes e à cultura.

Tem, necessariamente, uma elevada média etária, sofrendo as consequências que isso acarreta ao seu trabalho.

As restrições impostas pela COVID-19 e o ambiente de medo construído afectaram particularmente este sector, nomeadamente na frequência

nas reuniões, não se tendo ainda conseguido a total recuperação do seu normal funcionamento.

Este organismo reunia mensalmente o secretariado e o plenário, mas as condicionantes impostas pelas restrições da COVID-19, e o ambiente de medo construído, afectaram a frequência nas reuniões, tendo-se complementado a comunicação com os camaradas com contactos telefónicos e correio electrónico.

Foram neste período suspensas várias iniciativas, entre as quais um passeio guiado a Alfama, um convívio no CTV com almoço e projecção de filme.

Estas restrições atingiram particularmente as universidades seniores, locais de encontro e convívio de reformados, onde só com algum esforço se retomaram os trabalhos na UNIESTE, tendo-se perdido o contacto com a UNISBEN e com a de Alcântara.

Nas frentes unitárias manteve-se a ligação ao MURPI e mais recentemente à FARPIL, e tivemos uma participação organizada de camaradas eleitos delegados à 3.ª Conferência dos Professores Reformados da FENPROF.

É objectivo a recuperação e reforço do funcionamento da célula e, de acordo com as suas características, individualizar responsabilidades, de modo a integrar organicamente o maior número possível de camaradas através de iniciativas de convívio como dinâmicas de mobilização e reforçar o seu trabalho com a integração de camaradas reformados doutros organismos ainda aqui não organizados.

Lutar para «envelhecer com direitos», para a valorização das reformas e para a recuperação do poder de compra perdido são linhas fundamentais da intervenção política junto destes reformados

Alargar as ligações a outras universidades seniores através do levantamento das mais de 50 existentes e reforçar a participação nas actividades; conseguir uma maior integração no trabalho das associações unitárias de reformados, designadamente do MURPI e da FARPIL, e também do sector sindical dos professores reformados da SPGL.

## **B.2. Organizações de massas dos trabalhadores intelectuais**

### **B.2.1. Balanço da intervenção nas organizações de massas, possibilidades de intervenção e linhas de trabalho**

A intervenção dos comunistas nas organizações de massas é uma componente fundamental no nosso trabalho político unitário. A possibilidade de trabalhar com outros e de outros trabalharem connosco, o que permite de conhecimento e alargamento da influência, o prestígio que granjeamos pelo contributo que damos para o trabalho em unidade e para a defesa dos trabalhadores ou da camada ou grupo profissional em causa, tudo isto coloca com grande centralidade a intervenção em organizações de massas.

No âmbito da intervenção do Sector elas são os sindicatos (Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos, do Audiovisual e dos Músicos – Cena-STE; Sindicato dos Trabalhadores em Arqueologia – STARQ; Sindicato Nacional dos Psicólogos – SNP; o recém-criado Sindicato dos Trabalhadores em Arquitectura – SINTARQ; o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa – SPGL; o Sindicato Nacional dos Trabalhadores Telecomunicações e Audiovisual – SINTTAV; ou o Sindicato dos Jornalistas – SJ); a Associação dos Bolseiros de Investigação Científica – ABIC; o Manifesto em Defesa da Cultura. Num âmbito e plano diferente, as ordens profissionais, dos Advogados e dos Arquitectos, a Organização dos Trabalhadores Científicos – OTC e a Associação Portuguesa de Juristas Democratas – APJD; a Associação Portuguesa de Escritores (APE) e a Sociedade Portuguesa de Autores (SPA).

É, contudo, de salientar a alteração significativa para os arquitectos assalariados da criação do sindicato representativo. Estes trabalhadores não se reviam na Ordem, no seu papel e objectivos, que não responde nem pode fazê-lo à realidade actual

decorrente do progressivo e alargado assalariamento das jovens gerações de arquitectos.

A actividade dos sindicatos tem irregularidades, fruto da ausência de dirigentes a tempo inteiro e de dirigentes com usufruto de tempos sindicais, bem como dos vínculos, horários e instabilidade dos locais de trabalho das profissões do sector. O seu papel foi de grande relevo em diversos momentos, particularmente o Cena-STE, na organização da luta do sector.

Mesmo nas condições referidas é possível e necessária uma muito maior intervenção e ligação aos locais de trabalho, definindo prioridades, planos de trabalho e o aproveitamento de tempos sindicais para a realização de plenários e o contacto com os trabalhadores. O exemplo da criação do SINTARQ demonstra que há abertura e consciência da necessidade da intervenção sindical e que ela se alarga quando há um trabalho consequente e regular, uma perspectiva de classe e a concretização do projecto sindical do Partido, com tudo o que ele comporta de trabalho em unidade e de defesa dos trabalhadores. A inserção dos dirigentes sindicais nos colectivos partidários deve continuar a ser concretizada.

A ABIC e o Manifesto em Defesa da Cultura desempenham um importante papel na batalha política e na organização dos seus sectores de intervenção. Nem a luta dos bolseiros nem a luta da cultura seriam a mesma coisa sem a existência destas duas organizações. O papel dos comunistas é nelas decisivo, sendo fundamental o seu alargamento em núcleos, indo mais longe e envolvendo mais gente.

A análise feita às ordens profissionais na VII AOSI mantém-se actual. A criação de uma lista unitária para concorrer à Ordem dos Advogados foi também um passo significativo a assinalar, nomeadamente pelo que comportou de unidade no Partido, de alargamento significativo, de projecto e proposta de ruptura e pelas marcas que deixou, para lá da conjuntura eleitoral.

A OTC e a APJD desempenham um papel que deve ser valorizado, quer pelo seu enquadramento histórico, quer pelo que permitem chegar a sectores específicos.

## **C. TERCEIRA PARTE: ORGANIZAÇÃO E LUTA**

No período decorrido desde a VIII AOSI deparou-se o Partido e a sua organização com a epidemia de COVID-19. Realidade nova, com o isolamento a que votou milhões de pessoas, com o medo e a desconfiança do outro que difundiu, com o caminho que procurou fazer para a aceitação de medidas securitárias, de limitação de liberdades e para condicionar a luta e a vida social, foi assim um desafio à organização do Partido que esta nunca tinha enfrentado.

A resposta dada pelo Sector foi muito importante e fica como rica experiência de trabalho para o futuro.

Os elementos mais relevantes dessa resposta foram:

- a manutenção dos organismos executivos da Direcção do Sector Intelectual (DSI), Secretariado e Executivo, sem deixar de funcionar e de reunir, ainda que à distância nas primeiras semanas;
- a decisão tomada de agilizar e pôr em prática uma linha de distribuição de contactos para ligação próxima à maioria da organização, seja para acompanhar as necessidades pessoais ou de saúde dos vários camaradas, seja para esclarecer, informar e manter o grosso da organização ligada ao Partido;
- funcionamento de secretariados de subsectores; elaboração e divulgação de propostas e tomadas de posição do Sector e do Grupo Parlamentar para os trabalhadores das artes do espectáculo, os advogados, os psicólogos e os docentes e investigadores; apelo ao pagamento da quota e de outras contribuições para fazer face aos problemas decorrentes da drástica redução da actividade, com as consequências financeiras que isso acarretou;
- preparação, sistematização, levantamento de nomes, contactos telefónicos e pessoais, sob várias formas que a criatividade e a disponibilidade militante proporcionaram, da campanha nacio-

- nal de fundos do Centenário do Partido, incluindo com uma reunião preparatória presencial;
- brevidade na retoma das reuniões presenciais dos organismos executivos da DSI;
  - realização das Assembleias da Organização dos Advogados e Juristas e do Ensino Superior e Investigação, em Junho e Setembro de 2020, respectivamente;
  - preparação do 1.º de Maio;
  - preparação da manifestação dos trabalhadores da cultura, em Junho de 2020;
  - preparação, divulgação, venda da Entrada Permanente (EP) e contributo para o funcionamento da Festa do *Avante!*.

Uma rica experiência de trabalho que demonstra o valor da militância, da organização e da confiança no Partido, quer nas suas orientações e decisões, quer na sua importância para os trabalhadores e o povo português.

## **C.1. Reforço da organização**

### **C.1.1. Caracterização do Sector; a evolução do núcleo activo; recrutamento**

No quadro da avaliação das forças em presença na nossa sociedade, a aliança da classe operária com a camada dos intelectuais configura-se como uma das alianças sociais básicas para que o Partido atinja os seus objectivos. Desta avaliação e da criação das condições para assegurar uma melhor ligação às massas resulta a decisão da existência, na Organização Regional de Lisboa do PCP, do Sector Intelectual.

O Sector Intelectual da ORL é actualmente constituído por 422 membros do Partido. Desde a última Assembleia, de acordo com os Balanços da Organização, há mais 19 militantes.

O Sector está subdividido em 10 subsectores desde a VII Assembleia, quando foi reorganizado o subsector do Ensino Superior, com a integração dos camaradas investigadores, e criado o subsector dos Reformados.

A perspectiva de criação de novos subsectores ou de reorganização dos mesmos decorre do estudo atento e regular da evolução da situação em cada profissão e área de actividade, da avaliação das capacidades do Partido e procura para garantir uma mais efectiva ligação às massas. Em cada subsector, a constituição de células e núcleos deve servir para potenciar o trabalho. Ao aproximar os militantes da discussão sobre os seus problemas concretos, em particular no local de trabalho ou na sua profissão, criam-se melhores condições para reforçar o conhecimento colectivo dos problemas, potenciar a ligação às massas e a definição das orientações para cada assunto concreto. Existem ainda exemplos em que a sua constituição desbloqueia a actividade de organizações que até então praticamente não a tinham ou esta não era virada para as frentes de trabalho prioritárias.

Participam na actividade do Partido, ainda que de forma diferenciada, 140 camaradas. Há que

potenciar as condições para envolver mais camaradas na vida do Partido, tomar medidas de direcção para, por vezes rompendo velhas rotinas, estruturar o trabalho de cada subsector no sentido de assegurar condições para a participação dos militantes, assegurar o contacto regular com todos os militantes e atribuir tarefas de acordo com as potencialidades de cada militante e as necessidades do trabalho do Partido.

Desde que se iniciou a campanha de recrutamento «O futuro tem Partido», no início de 2021, aderiram ao Partido no Sector 46 novos militantes. O contributo de muitos deles para o aprofundamento da intervenção do Partido é visível, sendo-o tanto mais quanto se consegue enquadrá-los rapidamente, inseri-los em organismos, atribuir-lhes tarefas e responsabilidades.

O reconhecimento do papel do Partido, a sua intervenção permanente e qualificada nas áreas da Cultura e do Ensino Superior e Investigação, abriram perspectivas de recrutamento para o Partido muito significativas. Verificam-se também melhores condições para o fazer nos advogados e juristas, nos arquitectos ou nos psicólogos. Esta alteração decorre dos passos dados, também por via de recrutamentos feitos, num melhor conhecimento da realidade e do meio mas sobretudo pela intervenção que nele é feita pelas organizações respectivas.

Sabemos que existem muitas deficiências no trabalho das organizações dirigido ao recrutamento. Boa parte das adesões ao Partido deram-se espontaneamente, tendo-se os camaradas dirigido ao Partido para concretizar a sua inscrição, e não resultaram de trabalho específico para esta frente. Há a salientar, contudo, que se deram passos significativos neste trabalho organizado, com o levantamento de nomes, que em anos anteriores não acontecia, na definição de quem contactava e no acompanhamento da concretização do recrutamento e sua integração.

Há que acompanhar e tomar medidas nas orga-

nizações para a concretização de recrutamentos. A espontaneidade de tantos mostra que, com trabalho organizado e dirigido, mais camaradas integram as fileiras do Partido. O levantamento de nomes, a avaliação daqueles que se destacam na luta e nos seus posicionamentos, a articulação do trabalho unitário com a atenção ao reforço do Partido, a atenção e discussão permanente de medidas dirigidas para a aproximação de outros ao Partido, são condição decisiva para o crescimento e rejuvenescimento. Impõe-se que este trabalho seja feito com regularidade nas reuniões dos vários organismos.

### **C.1.2. A organização como questão política: balanço da actual estruturação interna do Sector; a situação e as melhorias a introduzir relativamente aos subsectores da CTA e das Ciências Sociais**

A organização potencia, valoriza e dá eficácia ao contributo dos membros do Partido. Sintetiza e dá unidade à opinião e às características que cada um traz ao colectivo partidário, aumentando a sua força. Permite conhecer a realidade, discuti-la e sobre ela intervir para a transformar. Vai mais longe conforme seja maior o contributo e a participação militante no trabalho do Partido.

Deve ser feita uma avaliação permanente das suas fragilidades e potencialidades, com as medidas correspondentes e adequadas à realidade em que se insere. A sua estruturação procura precisamente esse objectivo: discutir a intervenção o mais próximo possível da realidade concreta. Foi nesse sentido que encaminhámos o nosso trabalho nestes últimos quatro anos:

- realizámos a Assembleia da Organização dos Arquitectos, onde foi eleito pela primeira vez um secretariado, a dos Juristas e a do Ensino Superior e Investigação;
- reúnem, no essencial mensalmente, os plenários dos subsectores;

**Terceira parte: Organização e Luta – Reforço da organização**

- existem secretariados eleitos de subsector: no Ensino Superior e Investigação; nas Artes do Espectáculo; na CTA; nos Reformados; nos Juristas; para além dos Arquitectos;
- funcionam, ainda que com necessidade de regularização e intervenção, células de local de trabalho no IST, no ISA/Polo da Ajuda e na FCSH;
- funcionaram, neste período, o núcleo do cinema e dos músicos; retomou-se o núcleo dos psicólogos, parado há vários anos; criou-se o núcleo dos tradutores.

A VIII AOSI apontou questões pendentes de estruturação, relativas à CTA e às Ciências Sociais, decorrentes do reduzido número de membros e da dispersão do seu âmbito de actividade, o que dificultava as possibilidades de intervenção concreta e dirigida aos problemas das profissões correspondentes. As medidas tomadas foram:

- a concentração de forças de trabalhadores das áreas da programação informática, dispersos por várias organizações da ORL, numa única organização, fora da esfera do Sector Intelectual;
- retomar os núcleos de psicólogos e dos arqueólogos, em patamares diferentes de desenvolvimento mas ambos só possíveis devido aos recrutamentos feitos e à responsabilização de quadros;
- reunir num mesmo plenário os militantes destes subsectores, bem como os do subsector da Comunicação Social, de forma a permitir reuniões mais alargadas, que cada um dos subsectores por si não consegue neste momento fazer. Esta opção pretendeu tornar mais atractivos os plenários, pelo alargamento do número de participantes, sabendo que esse alargamento afastaria a discussão da realidade e da intervenção concreta, ao invés do que é nosso objectivo.

A IX AOSI define como objectivos de estruturação:

- consolidar as células do Instituto Superior Técnico (IST), do Instituto Superior de Agronomia

(ISA/Polo da Ajuda) e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH);

- dar funcionamento à célula da Cidade Universitária e da SIC;
- criar célula no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e das Empresas (ISCTE);
- criar célula na RTP e na TVI;
- manter, retomar, criar ou dar funcionamento regular aos núcleos do cinema, dos músicos, do teatro, dos tradutores, dos psicólogos e dos arqueólogos;
- extinguir a CTA enquanto subsector e criar um de engenheiros com os camaradas dessas profissões que hoje integram a CTA;
- extinguir as Ciências Sociais enquanto subsector, dando o necessário funcionamento à organização dos psicólogos e dos arqueólogos;
- os camaradas que hoje integram esses dois subsectores e que não se integrarão na organização acima referida, por estarem reformados ou por não corresponderem a nenhuma dessas profissões, devem ser transferidos para o subsector dos reformados ou para um organismo a criar que lhes permita participar na discussão colectiva e na vida do Partido.

**C.1.3. Intervenção das células de empresa e local de trabalho****C.1.3.1. Células**

Componente do reforço da organização do Partido é a criação e actividade regular de células de local de trabalho. Estes organismos permitem um melhor conhecimento da realidade e uma maior capacidade de intervenção, no plano do Partido e no plano unitário. As células têm uma maior capacidade de conhecer, intervir, preparar e articular a intervenção no local de trabalho – desde a tomada de posição relativa a situações específicas como relativa à actividade central e parlamentar. No que respeita ao Sector Intelectual, a experiência de-

monstra que os momentos de maior organização do Partido nos locais de trabalho coincidem com os momentos de maior fluência de contacto com os trabalhadores, de visibilidade do nosso trabalho e de maior desenvolvimento de luta organizada nesses locais de trabalho.

Existem actualmente três células de local de trabalho, todas na área do Ensino Superior e Ciência: a célula do Instituto Superior Técnico, a célula da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e a célula do Pólo da Ajuda (com camaradas do ISCSP, FMV e ISA). Pela importância e pela centralidade que têm, torna-se essencial assumir no nosso trabalho o objectivo prioritário de criação de células de empresa e local de trabalho nos vários sectores da actividade intelectual.

#### **C.1.4. Trabalho de direcção: balanço e linhas de trabalho para a Direcção, Executivo e Secretariados; a estrutura de direcção hoje existente e a necessária resposta à responsabilização de quadros e à estruturação do trabalho actual do Sector**

Sendo os organismos do Partido o instrumento para o conhecimento da realidade e para sobre ela intervir, maiores responsabilidades têm os de direcção, aos seus vários níveis, na concretização deste papel. A definição de orientações para o reforço orgânico e a dinamização da intervenção, para a ligação às massas, no quadro das orientações gerais do Partido definidas pelo Congresso, Assembleias da Organização Regional e do Sector, bem como pelos seus organismos dirigentes, são competência e responsabilidade dos organismos de direcção, aos seus vários níveis – Direcção, Executivo e Secretariado do Sector –, bem como dos secretariados dos subsectores.

A DSI discutiu e decidiu as linhas de trabalho para cada ano, no quadro das decisões e definição de prioridades decididas pela VIII AOSI. Apesar de ainda insuficiente, a discussão sobre os sectores e

áreas profissionais à sua responsabilidade, sobre a sua situação e evolução, bem como sobre as necessárias medidas para a intervenção, foi mais constante e profunda, permitindo uma visão de conjunto e um conhecimento de todo o organismo dirigente do Sector da realidade sobre a qual tem a responsabilidade de actuar e de dirigir, apesar de persistirem desigualdades entre subsectores. Ao contrário do constatado na VIII AOSI, as reuniões da Direcção, menos centradas na discussão sobre a situação política nacional, permitiram abordagens sobre o nosso trabalho e sobre o que é necessário fazer, o que se considera positivo. Para que assim seja a Direcção deve ser composta por quadros com tarefas e responsabilidades regulares, nas várias esferas da intervenção do Partido e nas várias tarefas que temos de assegurar, onde se estimule a discussão e a avaliação das tarefas atribuídas aos quadros e às organizações e a consequente tomada de decisões, no quadro de um organismo com as características deste e no trabalho colectivo do Partido. Deve-se ainda procurar garantir uma maior disciplina nas presenças nas reuniões.

O Executivo reuniu semanalmente, tendo cumprido as suas funções de direcção do trabalho executivo do Sector, o acompanhamento e ligação às organizações e às principais frentes de trabalho e às estruturas sob responsabilidade do Sector, persistindo aspectos a melhorar, nomeadamente ao nível do controlo de execução das medidas adoptadas.

O Secretariado, que foi reforçado entre assembleias, beneficiaria com uma maior regularidade de reunião, o que nem sempre foi possível, mas desenvolveu um importante trabalho de quadros, nomeadamente no acompanhamento da sua evolução e responsabilização. No plano das questões financeiras tomou importantes medidas, que precisam de ser aprofundadas e concretizadas.

Os secretariados dos subsectores eleitos, existentes e em funcionamento são os do Ensino Superior e Investigação, Artes do Espectáculo, CTA,

Juristas, Reformados e Arquitectos, este desde 2020. O seu trabalho tem sido regular e relevante e a sua existência e funcionamento decisivos para a nossa capacidade de direcção. Devem privilegiar a direcção do trabalho do respectivo subsector e a tomada de medidas para que haja ligação orgânica e organizada a todos os militantes.

Tendo em conta o crescente número de camaradas que têm assumido ou estão em condições de assumir tarefas de responsabilidade, nos seus diferentes níveis, propõe-se criar, no âmbito da Direcção do Sector, um novo organismo que, para lá do Executivo, possa envolver camaradas que, por serem responsáveis por núcleos ou outras formas de estruturação do nosso trabalho, se entenda deverem integrá-lo.

### **C.1.5. Questões financeiras**

Apesar de melhorias registadas desde a última Assembleia, a recolha de fundos no Sector Intelectual possui ainda fragilidades, tratando-se contudo de uma organização que apresenta um potencial de aumento de receitas de quotização que urge garantir, desde logo trabalhando para que os mais de 50% da organização que não pagam quotas o façam e que os que a pagam o façam com regularidade e actualizando o seu valor para 1% do seu rendimento.

A experiência dos últimos quatro anos comprova que a melhoria do trabalho de fundos está directamente relacionada com a melhoria do trabalho de organização de cada subsector. São os subsectores onde mais se avançou no plano da estruturação, responsabilização de quadros com distribuição de tarefas e com maior intervenção política que melhores resultados apresentam no que diz respeito à recolha de quotização e contributos.

Destaque para a campanha de fundos «O Futuro tem Partido», dinamizada no âmbito das comemorações do centenário, a maior campanha de fundos até hoje organizada pelo nosso Partido e que no

seio do Sector Intelectual se revelou um sucesso, inteiramente resultante de um trabalho minucioso, regular, amplo e de controlo, que permitiu um contributo substancial.

No que diz respeito aos orçamentos anuais, apesar de nos aproximarmos do seu cumprimento, a verdade é que o temos conseguido com a contribuição de um número relativamente reduzido de militantes, em particular no que diz respeito às campanhas de fundos regulares – Dia de Salário e Campanha de Verão –, em que os montantes recolhidos têm sido garantidos mais por contribuições individuais de montante elevado do que pelo aumento do número de camaradas a contribuir. Este facto denota um problema político de assunção do dever militante de cada um que implica atenção futura.

A compreensão política face às questões financeiras é também parte da formação ideológica dos militantes, e por isso não há e não poderá haver nenhuma incompatibilidade ou condicionamento, antes pelo contrário, entre a discussão das questões políticas e a discussão das questões de organização, particularmente as que dizem respeito ao trabalho de fundos.

A Coordenadora de Fundos, a quem compete a preparação do trabalho de controlo financeiro e apresentação de propostas aos organismos de direcção, tem um papel fundamental que se mostrou difícil de assegurar, particularmente durante os anos da pandemia. É por isso necessário e desejável garantir o seu regular funcionamento futuro, apontando para a existência de uma reunião a cada trimestre.

É também fundamental que cada subsector responsabilize um(a) camarada pelo trabalho de fundos, camarada esse(a) que assuma tarefas de direcção e coordenação e que possa integrar a Coordenadora de Fundos do Sector Intelectual.

São orientações:

→ garantir que a discussão das questões financeiras e sobre recolha de fundos é regular nos plenos dos subsectores, de modo a que se alar-



**Terceira parte: Organização e Luta – Reforço da organização**

- gue a compreensão de que a recolha de fundos é uma tarefa de todos e de cada um;
- acompanhar os novos militantes, para a sensibilização e compreensão e importância política de ter a sua quota em dia desde o primeiro momento, bem como da importância do seu contributo para as campanhas de fundos regularmente organizadas pelo Partido;
  - continuar com o levantamento e análise individual das situações de quota inferior a 5 euros, e ao mesmo tempo continuar com o trabalho dirigido ao aumento generalizado do valor da quota, tendo como referência 1% da remuneração mensal, tendo em conta as condicionantes da situação mas também todas as potencialidades, e tomar as medidas de organização e responsabilização de quadros, com mais camaradas a assumir a responsabilidade de recebimento de quotas, de forma a ter 80% de militantes do Sector Intelectual com a quota em dia;
  - aquando de campanhas de actualização e entrega do cartão do Partido, aproveitar para discutir com cada camarada a sua situação relativamente à quotização e contribuições;
  - tomar medidas no sentido de responsabilizar, em cada subsector, vários camaradas pela cobrança da quota, a partir das ligações dos secretariados ou de outros quadros responsabilizados pela tarefa;
  - divulgar junto dos camaradas as diversas formas de pagamento da quota, estimulando a transferência bancária e o débito directo e/ou o uso dos dados que constam do cartão de militante;
  - estimular a maior recolha de contribuições dos militantes, alargando o âmbito dessa recolha no interior do Sector Intelectual mas também junto dos amigos e democratas que se revêm na luta do Partido, estabelecendo metas, elaborando listas de contactos em todos os organismos;
  - realizar mais iniciativas culturais, almoços e outras, em que, para além da sua importância polí-

tica e do fortalecimento da unidade, sejam tidos em conta os seus resultados financeiros;

- definir um plano relativo à rentabilização do acervo do Sector Intelectual, efectuando a renovação da sua inventariação e catalogação.

**C.1.6. Reforço da militância, estilo de trabalho, responsabilização de quadros, formação política e ideológica**

A militância é um elemento fundamental da força de um partido com as características do nosso. Impõe-se valorizá-la e alargar a consciência da mesma para que mais camaradas assumam responsabilidades e trabalho regular.

A compreensão política da importância da militância na vida do Partido é decisiva para que esta aumente. Mais que a disponibilidade de tempo, o elemento central para o seu aumento é a compreensão de que não há Partido sem militantes e de que a militância, com todas as suas componentes – de participação regular, de assunção de tarefas e responsabilidades regulares, de prestação de contas, de capacidade de iniciativa, reflexão e proposta, de inserção na discussão colectiva –, é o elemento que permite ao Partido, colectiva e organizadamente, conhecer, intervir e alargar a sua influência social, política e eleitoral e é factor de enriquecimento social, cultural, político e humano de cada militante.

O aumento geral da militância acontecerá de modo diferenciado em cada militante. Compete aos organismos o conhecimento das disponibilidades, características e possibilidades de cada membro do Partido e, em conformidade, adequar as tarefas de modo a que este exerça o seu direito e dever de participação na acção do Partido, na assunção de tarefas pontuais e sobretudo regulares. Esta atribuição de tarefas, o seu cumprimento e o rigoroso controlo e acompanhamento da execução, apoiando os quadros perante as dificuldades, procurando

soluções, é uma linha de trabalho fundamental a ser seguida.

O contacto directo e pessoal, complementado pelas novas formas de contacto, tendo grandes exigências, é indispensável e comprovadamente decisivo para o aumento da participação, da ligação aos militantes e do aproveitamento das disponibilidades e contributos que cada um pode dar, bem como para o seu conhecimento. Neste aspecto é necessário alterar o estilo de trabalho, que tem descurado o contacto directo, devendo este ser feito através das ligações de cada um dos membros dos secretariados dos subsectores ou através da organização e responsabilização de camaradas pelo contacto nos subsectores onde não existe secretariado.

Esta prática é ainda mais importante junto dos novos militantes: a compreensão, mal chegam ao Partido, de que devem ter uma tarefa e pagar uma quota, de que se devem inserir no trabalho colectivo e de que nisso serão ajudados pelo colectivo é fundamental para uma correcta inserção na vida do Partido, com frutos no presente e na formação desse novo militante.

Do reforço da militância e da avaliação do desenvolvimento político e ideológico de cada militante decorre a atribuição de tarefas de maior responsabilidade. Não sendo um campo para aventureirismos, a responsabilização de quadros deve ser feita com audácia, tendo a noção de que os quadros se desenvolvem também na resposta que conseguem dar aos problemas práticos com que se confrontam e no aprofundamento do trabalho colectivo.

Deve cada organização discutir com regularidade, particularmente nos secretariados, a avaliação dos quadros e o levantamento de novos camaradas a responsabilizar, definindo tarefas concretas e apreciando a sua concretização, fazendo o controlo de execução ao desempenho das tarefas, indispensável para o apoio ao trabalho, ao conhecimento e ao desenvolvimento dos quadros. Dando andamento às conclusões da Conferência Nacional do

Partido, aponta a AOSI como objectivo a responsabilização de vinte novos quadros nos anos de 2023 e 2024, priorizando o acompanhamento de organizações, nomeadamente núcleos e células de empresa e local de trabalho, a inserção em organizações de massas, nomeadamente sindicais, bem como por frentes de trabalho consideradas prioritárias no trabalho do Sector.

Para um pleno desenvolvimento da militância e o desenvolvimento dos quadros, a preparação e formação política e ideológica devem ser objecto da maior atenção, não só no plano da acção política prática mas, igualmente, no plano teórico, procurando que assimilem de forma criadora e em permanente ligação com a prática as questões essenciais da sua base teórica – o marxismo-leninismo.

A resposta à complexidade da luta de classes, nomeadamente da sua expressão ideológica, exige militantes, particularmente quadros, cada vez mais bem preparados.

A militância do dia-a-dia, a luta social e política, o trabalho e a discussão colectiva em cada organismo, constituem elementos essenciais na formação dos quadros, o que não substitui a necessidade e importância da preparação no plano teórico. Entretanto, a formação política e ideológica implica a leitura e o estudo dos documentos fundamentais do Partido, do *Avante!* e de *O Militante*; também a leitura das obras de Marx, Engels e Lênine, de Álvaro Cunhal e de outras publicações das Edições «Avante!» é essencial ao aprofundamento da base teórica dos quadros e militantes.

Nos últimos anos, através de cursos promovidos a nível regional, tem havido condições para que os novos militantes tomem contacto com aspectos elementares do funcionamento, princípios e história do Partido, tendo participado nestes cursos 56 camaradas. Realizámos também três iniciativas do Sector que decorreram da análise de necessidades para o nosso trabalho: uma reunião da Direcção alargada a camaradas de células de empresa, com vista a

abordar a nossa intervenção nas empresas e locais de trabalho; uma reunião sobre a situação internacional; uma acção de formação ideológica sobre a intervenção do Sector junto dos intelectuais. Esta linha deve ser continuada: analisar as necessidades da nossa organização, dos quadros que nela temos, dos sectores em que intervimos, e definir acções próprias que correspondam às necessidades apontadas. São de considerar acções também sobre aspectos aparentemente menos teóricos mas de grande relevância para a nossa intervenção, num quadro em que temos tido, ao longo dos anos, vários novos militantes a assumir responsabilidades e com a inevitável falta de experiência e conhecimento sobre como se deve processar a intervenção. Devem estar presentes de forma integrada em todas as acções e em todos os meios à nossa disposição: a denúncia da natureza do capitalismo; o combate às ideias reaccionárias e fascistas, ao racismo, à xenofobia e ao anticomunismo; a luta contra as concepções da social-democracia; a valorização do trabalho e dos trabalhadores, da luta e da unidade; a afirmação dos valores de Abril e do projecto do Partido.

### **C.1.7. Comunicação, informação e propaganda; boletins dos subsectores; Internet e redes sociais**

É um truísmo afirmar que o Sector pretende alargar a sua influência junto das camadas a que se dirige. Para isto se exige uma eficaz divulgação da sua proposta política. Assim, as tarefas de comunicação, informação e propaganda – nas suas diversas formas –, para além de um valor intrínseco enquanto actividades do Partido, são um instrumento ao serviço do referido desiderato. Só por estas razões, já estariam em causa tarefas da maior importância.

Mas, no tempo em que vivemos, crescem outras circunstâncias que recomendam uma particular atenção às tarefas de informação e propaganda. Em certa medida, hoje, o que não é comunicado

não existe. Num movimento não isento de contradições, um ambiente cada vez mais mediatizado – no sentido em que impera o uso dos meios de comunicação em massa – convive com uma pressão no sentido da imediatização, no sentido em que se verifica uma perda de influência dos meios de comunicação tradicionais e do filtro aplicado a fontes-base que os mesmos devem constituir.

À dificuldade de acesso dos comunistas aos referidos meios de comunicação tradicionais junta-se a profusão de linhas editoriais de carácter abertamente avesso ao Partido. Também a manipulação informativa permitida pelo uso de meios digitais de difusão que escapam a critérios de deontologia jornalística – e o enfraquecimento da mesma nos meios obrigados à respectiva observância – coloca desafios à nossa actuação.

Todavia, paralelamente a tais desafios abrem-se novas oportunidades de intervenção: nunca como hoje se encontraram tão acessíveis os meios técnicos para produzir publicações, boletins, folhetos ou vídeos. Que se somam às tradicionais distribuições, colagem de cartazes, pichagens ou colocação de faixas.

A utilização de recursos *online* – sítios na Internet e redes sociais – merece uma reflexão própria. Por um lado, qualquer organização que pretenda projectar a sua actuação dificilmente conseguirá justificar a sua não presença em tais meios. Por outro lado, os recursos *online* constituem uma forma nova de comunicação, particularmente exigente quanto à constância do seu uso e à vigilância das interacções aí ocorridas.

É este o contexto em que se desenvolvem as tarefas de comunicação, informação e propaganda do Sector. Tais tarefas incluem, desde logo, a promoção e divulgação do *Avante!*, de *O Militante* e de outros documentos centrais, as quais devem acompanhar a respectiva leitura. Mas também ao nível do Sector tem havido – e deve continuar a haver – a preocupação com o desenvolvimento de acções próprias.

Para além da continuada edição do *Caderno Vermelho*, a concretização desta linha de trabalho

**Terceira parte: Organização e Luta – Reforço da organização**

tem levado à publicação regular de dois boletins: o *Esteiro*, pelo subsector da Cultura Literária, e o *Direito à Esquerda*, pelo subsector dos Advogados e Juristas, e de forma irregular o *Vozes ao Alto*, pelas Artes do Espectáculo. Esporadicamente foram produzidos comunicados específicos pelos subsectores do Ensino Superior e Investigação e dos Arquitectos, bem como destinados aos psicólogos.

O Sector assume também regularmente responsabilidades na distribuição de documentos centrais e na promoção da Festa do *Avante!*. Recentemente, o subsector dos Advogados e Juristas publicou duas séries com 5 e 6 episódios do podcast *Direito à Esquerda*, dedicado aos temas do Direito e Justiça.

Na actividade geral do sector, sem menoscabo para o trabalho desenvolvido, o mesmo fica aquém do realizado noutros contextos não tão distantes e, mais relevante, não aproveita todas as capacidades dos camaradas organizados no Sector.

Um sector que organiza trabalhadores intelectuais é preche de qualidades aptas à produção de documentos próprios – sejam eles folhetos, boletins, revistas ou mesmo monografias –, mas também adequadas à concretização de outro tipo de acções, como a produção e colagem de cartazes, momentos de agitação ou a criação de materiais audiovisuais.

Assente que o trabalho realizado pelo sector pode e deve ir mais longe, deve dar resposta aos desafios e potencialidades criados pelo actual momento político, aproveitando todas as capacidades dos camaradas nele organizados e de uma consequente revitalização das tarefas de comunicação, informação e propaganda.

Face ao exposto, são tarefas a desenvolver:

- responsabilizar camaradas pela colocação do *Avante!* em locais de trabalho nos quais o Sector pretenda marcar a sua presença;
- animar os subsectores à publicação regular de boletins próprios, pela reflexão que a sua produção exige e pela influência que a sua publicação acarreta;

- elaborar e distribuir – de forma atempada – materiais com tomadas de posição sobre questões concretas respeitantes às áreas, profissões e locais de trabalho acompanhados pelo Sector;
- aprofundar a produção de conteúdos digitais de propaganda, assegurando a sua publicação de forma e em plataformas adequadas, em concretização do ponto 4.8 da Resolução Política do XXI Congresso;
- revitalizar uma Comissão de Propaganda, com um responsável directo e formada por camaradas de diferentes subsectores, com tarefas de planeamento próprias mas também de execução de acções de propaganda.

**C.1.8. O Caderno Vermelho: formas de promoção, valorização e divulgação**

O *Caderno Vermelho (CV)*, publicação anual da responsabilidade da Direcção do Sector Intelectual da ORL, que conta já com 26 anos de publicação ininterrupta, tem por objectivo contribuir para a reflexão e análise crítica da realidade e intervenção dos intelectuais e sobre as questões da cultura artística e científica nas suas várias vertentes e sobre diferentes frentes da luta ideológica.

O CV visa divulgar e alargar no plano unitário a actividade do SI, valorizando o seu património histórico e ideológico e explorando novas perspectivas de transformação e intervenção. Tendo por alvo imediato as organizações e militantes do Partido, procura servir como instrumento de divulgação e contacto com outros intelectuais democráticos.

Apesar da sua qualidade e utilidade, e de se tratar de um instrumento com potencial para reforçar o alargamento da intervenção política, continua a existir uma insuficiente apropriação do CV por parte do SI no seu conjunto. A DSI deve garantir a publicação, divulgação e venda do CV; promover o envolvimento de todos os militantes na sua discussão e difusão; assim como dinamizar acções de apre-

sentação e debate em torno dos seus conteúdos, potenciando o CV enquanto instrumento de alargamento unitário. Essa intervenção deverá assentar preferencialmente em iniciativas e ciclos de debates integrados no plano anual de actividades do SI.

O Colectivo do CV tem limitado a sua actividade à preparação e redacção do CV e seu lançamento na Festa do *Avante!*, sendo necessário o seu reforço e renovação para garantir um trabalho mais continuado de promoção e difusão.

O CV tem mantido a qualidade dos seus conteúdos e grafismos, logrando algum alargamento e diversidade nos seus colaboradores, orientações que deverão ser aprofundadas.

Devendo manter-se a sua edição impressa, deve trabalhar-se na disponibilização da edição digital de números passados, assim como de alguns conteúdos do número mais recente, com vista ao alargamento dos seus leitores.

A divulgação e venda do CV é ainda insuficiente, sendo necessário implementar práticas de distribuição organizadas que garantam a sua presença em reuniões, nos Centros de Trabalho e em iniciativas gerais do Partido.

Foram dados passos ainda modestos na divulgação do CV na Internet, em articulação com o sítio da Editorial «Avante!», com vista à venda dos números impressos disponíveis e de conteúdos em formato electrónico.

### **C.1.9. Festa do Avante!**

A Festa do *Avante!*, sendo a maior realização política e cultural do país, é um importante momento de afirmação da militância, da solidariedade, da fraternidade, do trabalho colectivo, do Partido. Deve, por isso, ser assumida por toda a organização como uma importante tarefa, quer na sua preparação – construção, divulgação, assunção de tarefas, venda da EP – quer também na ida à própria Festa. As possibilidades que nos tem trazido de alarga-

mento do Partido, do envolvimento de camaradas e amigos em todos os passos da sua concretização, sobretudo nas jornadas de trabalho e nos turnos que asseguram o funcionamento da Festa, são uma experiência de trabalho de grande riqueza. Deve ser ganha toda a organização para a compreensão desta realidade, incluindo nos passos e medidas a tomar no trabalho de direcção, que devem procurar envolver mais camaradas em responsabilidades associadas à Festa em toda a sua dimensão.

## **C.2. Frentes de trabalho**

A IX AOSI, considerando o actual quadro político, a realidade e características do Sector Intelectual e aqueles a quem nos dirigimos, aponta como frentes de trabalho prioritárias para tomar a iniciativa política, para lá da actividade própria dos subsectores e respectiva intervenção:

### **C.2.1. Trabalho político unitário**

Verificou-se um expressivo movimento de aproximação de trabalhadores intelectuais ao Partido: ampliação de contactos, novos apoios eleitorais, participação em iniciativas e tarefas, participação na formulação de posição e na dinamização de lutas, e mesmo adesão ao Partido, espontânea ou em resultado do trabalho de recrutamento. Essa tendência tem-se ampliado e resulta da nossa intervenção, do trabalho no campo unitário, da intervenção e dinamização das organizações unitárias e das lutas dos trabalhadores intelectuais.

As melhorias verificadas neste âmbito resultam da identificação de deficiências na nossa intervenção, da busca de soluções, das decisões tomadas e da sua execução efectiva e sistematizada.

Reforçou-se a ligação do Partido às massas, criou-se uma rede de contactos, informação e colaboração com independentes e aumentaram muito os resultados do recrutamento.

Identificamos como factores de sustentação destes desenvolvimentos:

- a luta de massas, na cultura, no ensino superior e investigação, no cinema, na arquitectura e noutras áreas;
- o reconhecimento do papel do Partido na dinamização da luta e das organizações unitárias;
- a articulação das lutas com o trabalho de proposta e denúncia na frente institucional;
- o trabalho de recolha de apoiantes em actos eleitorais, realizando massivas e organizadas cam-

pnhas de contactos e conquistando muitos novos apoiantes;

- as novas orientações de trabalho político unitário, no sentido de tornar regular, sistematizada e sustentada em contactos directos, iniciativas e colaboração em tarefas do Partido, a ligação com centenas de independentes, organizações unitárias e entidades diversas.

Contribuem ainda decisivamente para esta aproximação ao Partido factores essenciais como:

- o papel do Partido na alteração da situação política, em 2015, travando os projectos mais reaccionários da direita;
- a nossa intervenção ao longo da pandemia, na defesa dos trabalhadores, dos direitos e liberdades, dos serviços públicos, do apoio à cultura e do SNS em particular;
- a acção corajosa de denúncia da campanha reaccionária do medo, da chantagem e da responsabilização individual;
- o ascenso do fascismo, do anticomunismo, a cada vez maior submissão dos governos ao capital e o papel histórico do PCP, com as suas características políticas e organizativas, como elemento essencial da mobilização popular e da luta democrática, progressista e patriótica.

Devem ser orientações para o futuro:

- o funcionamento regular do grupo de trabalho central, com iniciativa própria e propostas de orientação;
- a elaboração de planos de trabalho, o aperfeiçoamento e a actualização da base de dados;
- a generalização do trabalho nesta frente a todos os subsectores, fazendo a sua discussão, definindo responsáveis, medidas, planos e objectivos;
- estabelecer uma rotina de envolvimento constante de independentes no nosso trabalho;
- programar iniciativas especificamente orientadas para independentes;

→ programar o contacto com independentes, de modo a transformar contactos pontuais numa ligação permanente e sistematizada.

### **C.2.2. A luta pelo direito à Cultura**

Vivemos neste ano de 2023 tempos exigentes, em que a guerra, a inflação e o aumento do custo de vida, as questões ambientais, a exploração e as desigualdades aumentam a incerteza em relação ao futuro. São tempos de luta, de resistência e de grandes dificuldades para a maioria, enquanto uma minoria engorda os seus rendimentos com lucros obscenos em plena crise para os povos e o planeta. Tempos que agravam o acesso das populações a tudo o que uma vida digna deve comportar – os bens e serviços essenciais como a saúde, a educação, a segurança social, alimentação, a habitação, o direito à mobilidade e ao trabalho com direitos. E, neste quadro, a afirmação do direito fundamental à cultura e da sua democratização pode soar quase despida de dignidade reivindicativa, social e política, mas esse seria um erro que os amantes da liberdade não podem dar-se ao luxo de cometer.

Essa seria uma cedência grave aos interesses do capital e à sua tendência mercantilizadora de todas as esferas da vida, à sua aversão à responsabilidade pública e ao seu carácter antidemocrático.

O direito à cultura não é um direito menor na construção da democracia, antes um pilar em que assenta a dignidade humana, a compreensão, o diálogo, a crítica, a identidade e o entendimento de povos e comunidades. E a afirmação da sua dimensão prática, criativa, de construção dialéctica do objecto cultural, assim como do indivíduo e da sociedade, é um património de sempre do PCP e é parte essencial da luta dos povos pela liberdade e o fim da exploração do homem pelo homem.

Esse tem sido o terreno onde a luta política pelo direito à cultura se coloca e onde hoje muitos trabalhadores da cultura, mas não só, se unem ao

lado da bandeira da defesa da cultura. São cada vez mais os que superam as barreiras do medo e dos condicionamentos do capitalismo para lutar e afirmar o direito de todos à cultura.

Isso ficou bem demonstrado nos anos recentes com a crescente afirmação da luta dos trabalhadores da cultura nas ruas, do desenvolvimento e reconhecimento do seu sindicato Cena-STE e do papel do movimento unitário, através do contributo insubstituível do Manifesto em Defesa da Cultura ao fim de 10 anos de actividade.

O Manifesto, sendo o responsável pela popularização da insígnia do 1% para a cultura, hoje perfeitamente integrada no seio dos trabalhadores do sector, defende que mais do que uma palavra de ordem essa é uma medida mínima de intervenção e investimento público, uma garantia e responsabilização do Estado no desenvolvimento de uma política de cultura para todo o país, de concretização de medidas para a efectivação do direito de todos à criação e fruição culturais, muito para lá dos salões elitistas das grandes cidades ou das «web summits» da cultura unipolar, homogeneizada e mediática de massas.

A ferramenta do 1% para a cultura pressupõe uma política cultural nacional cujo entendimento, como deriva do que ficou dito, vai muito para lá do foguetório a que sucessivos governos da política de direita tragicamente já nos habituaram e que a maioria absoluta do PS repete como farsa, mas que na realidade acentua, legitima e agrava a precariedade em que vivem há décadas os trabalhadores da cultura.

Uma outra política para a cultura, que implica a valorização dos trabalhadores da cultura, com o imediato aumento de salários e cachês, a contratualização e o trabalho com direitos. Que exige o investimento real e robusto na criação e na produção cultural e artística e um modelo de apoio às artes não concursal. Que exige o fim das cativações e das manobras de ilusionismo orçamental. Que reclama, como o PCP defende, o desenvolvimento

de um serviço público de cultura em todo o país, a garantia da efectiva democratização da cultura. Implica afinal, uma política alternativa, patriótica e de esquerda para a cultura.

Em todas as áreas da cultura, das artes do espectáculo ao património, dos museus e arquivos às escolas e universidades, a afirmação do direito à cultura tem sido feito ainda sobretudo através do voluntarismo dos seus trabalhadores. É urgente a transformação deste estado de coisas. E porque a cultura, como determina a CRP, é um direito de todos, são necessários a melhoria e o desenvolvimento das condições gerais de vida dos trabalhadores e das crianças.

É urgente o aumento geral dos salários e pensões. É fundamental a união e a solidariedade dos artistas e trabalhadores da cultura com a luta geral de todos os trabalhadores, porque o direito à cultura é uma exigência de todos e condição para o desenvolvimento do país e da democracia.

Nestes tempos negros de pensamento único e da massificação do discurso da guerra, é a luta em defesa da cultura essencialmente um terreno de afirmação da liberdade, da diversidade, do diálogo e da construção da paz.

### **C.2.3. A frente de trabalho da luta das mulheres**

Se a presença de mulheres em profissões intelectuais se verificava sobretudo nas áreas do ensino, hoje percebemos que, ainda que numericamente aquém dos homens em muitas delas, têm um peso cada vez mais significativo.

Contudo, a essa evolução quantitativa não correspondeu uma evolução na igualdade de direitos. Também nas profissões intelectuais a situação da grande maioria das mulheres é marcada pelo fosso entre o reconhecimento da igualdade de direitos na lei e o seu incumprimento na vida, resultando em condições de vida e de trabalho profundamente injustas, intensa exploração, desemprego, trabalho parcial e trabalho precário, desigualdade salarial,

o que se traduz no seu empobrecimento e se repercute numa espiral de desigualdades e discriminações das mulheres na família, na maternidade e na sociedade em geral, agudizadas na conjuntura pandémica e agora na escalada da inflação. Também nas profissões intelectuais se impossibilita ou dificulta a conciliação entre vida profissional e vida pessoal, com a desregulação ou mesmo ausência de horários, bancos de horas e adaptabilidades, entre outras formas de extensão do tempo de trabalho, que não permitem uma adequada conciliação entre a vida profissional e a vida familiar e pessoal, não favorecem a efectivação do direito ao lazer e à cultura e têm muitas vezes repercussões negativas na saúde das trabalhadoras.

Neste quadro, e salientando o histórico papel do PCP, que assumiu desde sempre a luta pelos direitos das mulheres e pela sua emancipação, é necessário o reforço e a organização do trabalho do Sector nesta frente:

- elevar e motivar a participação das mulheres na luta, não só para a sua mobilização e resistência como para desenvolver a sua consciência social e política;
- criar um grupo de trabalho, com camaradas de vários subsectores, que permita conhecer a realidade e intervir sobre ela;
- dar combate a todas as linhas discriminatórias contra as mulheres, bem como à ofensiva ideológica que procura dividir homens e mulheres, fragilizando a unidade dos trabalhadores contra a exploração capitalista;
- desenvolver uma linha de recrutamento dirigido e de responsabilização de mais mulheres por tarefas de direcção.

### **C.2.4. A frente de trabalho da luta pela Paz**

A luta pela Paz é hoje tarefa central para os povos de todo o mundo. É – como tem sido desde há um século – a que exige o mais alargado trabalho



**Terceira parte: Organização e Luta – Frentes de trabalho**

de unidade. Os trabalhadores e os povos são quem mais determinadamente a tem defendido, mas a causa da Paz tornou-se a da sobrevivência da humanidade inteira.

Frente mais alargada do que qualquer outra, requer ao mesmo tempo grande abertura e clareza de formulação política. Não pode defender-se a paz sem identificar justamente aquilo que a ameaça, que factores e políticas desencadeiam, alimentam e

prolongam a guerra, que estratégias de poder consideram o recurso à guerra como justificável e necessário, como se formatam as mentalidades e o ambiente ideológico em que tal opção possa ser aceite.

Os intelectuais comunistas têm condições para dar um contributo muito significativo para a luta pela Paz e pelo seu alargamento, utilizando instrumentos como o *Manifesto dos Intelectuais Comunistas em Defesa da Paz* que a IX AOSI aprovou.